

POR FAVOR LEIA COM ATENÇÃO

COMO GUARDAR O TEXTO

Para guardar este texto (incluindo dados adicionais) seleccione a opção GUARDAR (em inglês, SAVE) no seu browser (Explorer, Navigator...), dentro do menu FICHEIRO (em inglês, FILE).

Na opção GUARDAR COMO (em inglês, SAVE AS), também no menu FICHEIRO, poderá guardar o texto e atribuir um novo nome.

COMO IMPRIMIR O TEXTO

Para imprimir este texto (incluindo dados adicionais) seleccione a opção IMPRIMIR (em inglês, PRINT) no seu browser, dentro do menu FICHEIRO (em inglês, FILE).

Também poderá aceder a esta função seleccionando o botão de impressão (com a imagem de uma impressora), disponível na barra de ferramentas.

NOTA IMPORTANTE

Para voltar ao artigo não feche esta janela. Utilize o botão do browser RETROCEDER (em inglês, BACK), situado no lado esquerdo da barra de ferramentas.



O alargamento da União Europeia

João Marco Domingues *

Janus 99-00

Até agora, a União Europeia absorveu novos membros e ultrapassou em dobro os Estados-membros signatários do Tratado de Roma. O processo tem sido eficaz mas não foi uma evolução isenta de dificuldades. A estrutura comunitária foi acolhendo novas sucessivas e adesões que, de um modo geral, partilhavam entre si uma economia de mercado, sendo portadoras de sistemas democráticos e de uma estrutura histórica, cultural e política dentro de uma certa linha homogénea. Com as recentes adesões da Áustria, Suécia e Finlândia, a estrutura institucional ressentiu-se mas conseguiu uma adaptação capaz. A partir daqui, os novos alargamentos processar-se-ão forçosamente com, a condição *sine qua non* de profundas reformas institucionais. O aprofundamento institucional antecederá o alargamento aos países de Leste, sendo este um dos pontos discutidos na Agenda 2000.

O próximo alargamento é uma oportunidade histórica de unir democraticamente a Europa, destruindo definitivamente as divisões estabelecidas em Yalta. De entre os países considerados, três pertenciam à URSS (Estónia, Letónia, Lituânia), seis tinham sido membros do COMECON e do Pacto de Varsóvia (Bulgária, República Checa, Eslováquia, Hungria, Polónia, Roménia) e um pertencera à Jugoslávia (Eslovénia). As dúvidas, no entanto, são muitas perante um previsível aumento populacional na ordem dos 25 % e de uma duplicação da actual população agrícola da União Europeia. Os receios e as discussões em torno desta temática vêm já desde a altura em que a União Europeia decidiu assinar com os países da Europa Central e Oriental os Acordos de Associação e desde aí não mais têm abandonado as mesas das negociações.

Alargamento para quando?

Considera-se que a República Checa, a Eslovénia, a Estónia, a Hungria e a Polónia são as que mais se aproximam dos critérios estabelecidos pelo Conselho Europeu de Copenhaga, em Junho de 1993. A porta permanece aberta aos restantes países da Europa Central e Oriental (Bulgária, Eslováquia, Letónia, Lituânia e Roménia), que serão convidados a formar parcerias com a União Europeia, tendo como objectivo uma aproximação aos critérios de Copenhaga para posterior adesão.

Numa análise realizada e publicada pelo EUROBAROMETER (n.º 44), era revelado que 49 % do total dos cidadãos da União Europeia esperavam que o próximo alargamento da União fosse feito perto do ano 2010. Na verdade, se procedermos à análise das tabelas chegaremos à conclusão que se os critérios forem os mesmos que foram observados para os países mais pobres como Portugal e Espanha, então o próximo alargamento não será nunca antes de 2003 nem depois de 2005. Dados os problemas estruturais e o relativo grau de pobreza da economia dos países candidatos, parece efectivamente provável que o processo de adesão prossiga na mesma linha daquele que foi utilizado para os países da Península Ibérica.



Coloca-se, no entanto, a hipótese de um alargamento mais célere para os próximos candidatos, sem que se lhes exija a completa adesão do *acquis communautaire*. Esta ideia poderá ser considerada, especialmente na situação de se necessitar de recorrer a uma "adesão de emergência". Este género de adesão seria apenas aceitável numa situação de verdadeira crise (por exemplo, uma mudança reaccionária na Rússia).

Parece claro que, em situação normal, o processo de adesão não venha a concluir-se nos próximos anos. Para tal pesa o facto de as reformas institucionais de fundo virem a ser tomadas apenas após 2000, numa próxima Conferência Intergovernamental, onde se aguardará por uma aceitação natural do processo por parte dos cidadãos europeus, ao abandonarem o seu característico cepticismo, motivada pela força motriz do euro; pesa ainda que a reforma legislativa e a adopção do acervo comunitário por parte dos cinco países do Leste estão longe de ser plenamente atingidas, constituindo fortes barreiras para a adesão a curto prazo dos mesmos.

Vantagens e desvantagens do alargamento

As novas adesões trarão com elas algumas vantagens. Do ponto de vista meramente geoestratégico, um alargamento a leste evitará a criação de uma "zona cinzenta" entre a Rússia e a União Europeia. Isso alargará a zona de estabilidade na Europa, contribuindo para a segurança e a paz no continente europeu. A extensão do mercado único de 370 para 480 milhões de consumidores estimulará também um crescimento económico e facilitará novas oportunidades de negócios através da Europa. Por outro lado, o alargamento envolve o aumento das despesas orçamentais da União Europeia; o maior impacte ocorrerá seguramente na Política Agrícola Comum e nos fundos estruturais, que são já os principais componentes dos gastos da União Europeia.

Um dado certo é que a Alemanha beneficiará tanto política como economicamente com uma expansão a leste. No extremo oposto encontra-se Portugal. Dados de 1995 indicavam que a Alemanha era o país da U.E. 12 que mais exportava para os países da Europa Central e Oriental (50,2 %) e importava dos países da Europa Central e Oriental (54,2 %), enquanto a contribuição portuguesa para as exportações da U.E. 12 para os países da Europa Central e Oriental se ficava pelos 0,2 %, importando daqueles países 0,3 % do total das importações da U.E. 12. Actualmente mantém-se esta tendência.

Embora este alargamento seja particularmente importante para a Alemanha, é-o também de um modo geral para a própria União, pois na inexistência de uma política comum direccionada para os Países da Europa Central e Oriental, ela seria assumida pela Alemanha, através de uma acção unilateral nacional, o que criaria uma situação politicamente perigosa quer para a Alemanha no seio da Europa, quer para a própria Europa em si. Conclui-se que a Alemanha tem um interesse de segurança vital numa recuperação económica e no fortalecimento das estruturas democráticas da Europa Central e de Leste. A sua posição geográfica permite-lhe um maior envolvimento económico com os países daquela região, mas simultaneamente torna-a mais vulnerável a instabilidades económicas e políticas vindas dos países que a compõem. Com o alargamento, Portugal é o único grande perdedor de entre todos os países da União Europeia. Algumas projecções



económicas têm sido realizadas pelos mais conceituados especialistas na matéria, de forma a aferir quais serão os impactes deste alargamento sobre os países da União Europeia. Vários modelos foram utilizados para medir estes impactes num período de 10 a 20 anos a contar da assinatura dos Acordos de Associação. Em dois dos cinco modelos (Smith Rollo e Cazes *et al.*), Portugal é colocado entre o pequeno grupo de países menos beneficiados ou mais prejudicados. Os restantes três modelos (Baldwin *et al.*, Gasiorek *et al.*, Brocker) colocam claramente Portugal como o país mais prejudicado ou o menos beneficiado.

O alargamento visto pelos países da Europa Central e Oriental

Do ponto de vista dos países da Europa Central e Oriental, uma adesão à União Europeia simboliza uma entrada na segurança e bem-estar do "clube do Ocidente". Esta segurança, em conjunto com as desejáveis adesões à estrutura da NATO, confere-lhes uma "soberania que se apresentava no subconsciente daqueles países, condicionada por um hipotético retorno à influência da Rússia. É também um facto que a associação à Área Económica Europeia assegurava um acesso seguro ao mercado interno da União Europeia, mas não de uma forma irreversível e, para mais, sem direito de participar nos processos de decisão.

A adesão é tomada como uma ajuda para a saída do estado de subdesenvolvimento em que se julgam mergulhados. Finalmente, os países da região da Europa Central e Oriental consideram que uma rejeição das suas pretensões por parte da União Europeia enfraqueceria as forças direccionadas para o Ocidente e poderia eventualmente fortalecer os grupos nacionalistas, que têm vindo a ganhar terreno devido a uma certa desilusão das populações com os processos de reforma, desencadeados a partir da queda do muro de Berlim.

Informação Complementar

O que é a Agenda 2000?

A Agenda 2000 é uma estratégia com vista só reforço do crescimento, competitividade e emprego, à modernização das políticas fundamentais e, através do alargamento para teste, estender as fronteiras da União Europeia até à Ucrânia, Bielorrússia e Moldávia.

A Agenda 2000 procura gerir três desafios lançados à União:

- Como reforçar e reformar as políticas da União de forma que possam enfrentar o alargamento e permitir um crescimento sustentável, mais emprego e melhores condições de vida para os cidadãos da Europa;
- Como negociar o alargamento e, simultaneamente, preparar intensamente todos os países candidatos para o momento da adesão; :
- Como financiar o alargamento, os preparativos prévios e o desenvolvimento das políticas internas da União.

Os critérios de Copenhaga

Em Junho de 1993, o Conselho Europeu, reunido em Copenhaga, adoptou 09



critérios de adesão B aplicar sós países da Europa Central e Oriental. A adesão pressupõe:

- Instituições estáveis que garantam a democracia, o Estado de direito, o respeito pelos direitos do Homem e a protecção das minorias;
- A existência de: uma economia de mercado operante, bem como a capacidade de enfrentar a pressão da concorrência e as forças da mercado na União;
- A capacidade de cumprir as obrigações decorrentes do adesão, incluindo a partilha dos objectivos da União Política, Económica e Monetária.

***João Marco Domingues**

Licenciado em Relações Internacionais pela UAL. Pós-Graduado em Estudos Europeus pelo ISEG. Mestre em Relações Internacionais pelo Departamento de Ciência Política da Universidade de Paris I – Sorbonne.



Infografia

DATAS EM QUE OS PECO PEDIRAM A ADESÃO À UNIÃO EUROPEIA

Hungria	31/03/1994
Polónia	05/04/1994
Roménia	22/06/1995
Eslováquia	27/06/1995
Letónia	13/10/1995
Estónia	24/11/1995
Lituânia	08/12/1995
Bulgária	14/12/1995
República Checa	17/01/1996
Eslovénia	10/06/1996

EXPORTAÇÕES DE PORTUGAL PARA OS PECO (1996 - 1000 contos)

	Agro-alimentares	Energ.	Químicos	Madeira, Cort. e pap.	Pele, couro e têxteis	Vestuário e calçado	Minérios e metais	Mág.	Mat. de transporte	Diversos	Total
Polónia	258	0	475	634	442	457	388	1603	91	457	4805
Rep. Checa	218	0	80	903	500	199	314	452	145	19	2830
Eslováquia	6	0	186	114	93	38	32	1941	67	9	2486
Hungria	40	0	155	368	465	224	128	5343	1341	484	8548
Bulgária	0	0	30	1248	18	9	12	44	1	21	1383
Roménia	27	1180	14	264	162	28	1668	24	0	27	3394
Eslovénia	18	0	23	27	81	12	7	59	427	2	656
Estónia	122	0	12	27	186	48	1	6	11	44	457
Letónia	13	0	5	57	4	47	43	5	6	10	190
Lituânia	0	0	205	25	42	10	9	446	1	54	792
Total	702	1180	1185	3667	1993	1072	2602	9923	2090	1127	25541

IMPORTAÇÕES PORTUGUESAS DOS PECO (1996 - 1000 contos)

	Agro-alimentares	Energ.	Químicos	Pele, Mad. Cort./ pap.	Têxteis vest. e calc.	Minérios e metais	Mág.	Mat. de transporte	Diversos	Total
Polónia	169	50	1808	196	342	432	960	1080	284	5321
Rep. Checa	492	0	676	175	318	206	1396	705	383	4351
Eslováquia	3	0	436	35	287	614	178	0	36	1589
Hungria	193	0	744	68	165	18	687	99	113	2087
Bulgária	181	0	172	42	9	1615	72	1	3	2095
Roménia	41	0	64	49	156	958	222	111	12	1613
Eslovénia	578	0	869	125	108	99	1225	4	134	3142
Estónia	0	9	7	170	397	4	0	0	2	589
Letónia	19	761	0	48	478	0	0	0	0	1306
Lituânia	133	403	9	25	71	0	2969	0	6	3616
Total	1809	1223	4785	933	2331	3946	7709	2000	973	25709

